

O GOVERNO COSTA E SILVA: PRESSUPOSTOS E DIRETRIZES DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA. Ana Paula da Silva, Héctor Luis Saint-Pierre. – História – História – Departamento de Educação, Ciências Sociais e Política Internacional – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campus Franca.

O presente trabalho aborda os pressupostos e as diretrizes da política externa brasileira no transcurso do governo de Costa e Silva, particularmente a sua desvinculação da órbita norte-americana e a sua abertura aos países europeus na busca pela promoção do desenvolvimento nacional com vista ao *crescimento econômico, a habilitação científica tecnológica e a capacitação militar em Segurança e Defesa*.

É um recorte de uma inquirição mais ampla na qual se estudam os governos militares no período de 1967 a 1975, ou seja, Costa e Silva, Médici e Geisel, especificamente no tocante à capacitação nuclear, em suas dimensões científica, tecnológica e estratégica, analisando-se os seus desdobramentos no contexto nacional e na dimensão regional, dando atenção especial à aproximação entre o Brasil e a República Federal Alemã. Investiga-se essa que mescla pesquisa bibliográfica, que fornece um arcabouço informativo e interpretativo do período estudado, e documental, utilizada para abordar e analisar os aspectos jurídicos e políticos dos entendimentos entre Brasil e Alemanha.

Sabe-se que, após a deflagração do movimento militar, no dia 11 de abril de 1964, o Congresso Nacional elegeu Castelo Branco, coordenador da conspiração militar que tinha a preferência esmagadora dos revolucionários militares e civis, como Presidente da República. As Forças Armadas assumiam definitivamente a condução da política brasileira.

Todavia, embora vitoriosos, os militares não possuíam uma identidade ideológica uniforme. Encontravam-se divididos em dois grupos: os “linha dura”, associados ao General Arthur da Costa e Silva, e o “Grupo da Sorbonne”, que gravitava na órbita do Chefe do Estado Maior do Exército, Humberto Castelo Branco.

A preocupação principal dos “linha dura” era garantir e ampliar o controle político do país, consolidando o poder dos militares de forma a livrar a nação das “influências nefastas” dos políticos da velha geração. Pretendiam remodelar as instituições políticas de modo que, sob nenhuma hipótese, pudesse ocorrer o retorno à situação anterior, enquanto que, no terreno da economia, defendiam uma postura nacionalista de valorização das indústrias locais e de minimização social dos resultados do controle inflacionário.

Já o “Grupo da Sorbonne”, composto essencialmente por generais veteranos da FEB, pautava-se numa ideologia desenvolvimentista difundida na Escola Superior de Guerra. Possuíam forte inclinação pró-americana, eram favoráveis à participação de civis no governo e à preservação, senão da forma, ao menos da essência da antiga estrutura política brasileira. Para o desenvolvimento econômico do país apostavam no fortalecimento do setor privado, via entrada de capital estrangeiro, e no equilíbrio do orçamento público.

Desta feita, no início dos governos militares, a ascensão de Castelo Branco significou a prevalência das percepções e das diretrizes econômicas e políticas do “Grupo Sorbonne” nas ações e práticas do regime militar. Orientação que foi traduzida na retomada das negociações para a amortização da dívida externa e nos contínuos esforços para obter-se dos norte-americanos ajuda militar, econômica e tecnológica no que se chamou o lançamento do modelo de “desenvolvimento associado”.

Naquele momento, o governo brasileiro, em termos econômicos, dispôs-se a cumprir estritamente as medidas econômicas ortodoxas, observando rigorosamente as exigências colocadas por Washington. Reformou a legislação relativa à transferência de lucros, ampliou as garantias aos investimentos e facilitou o fluxo de capital estrangeiro ao país. Já na esfera da política externa, abandonou a “política externa independente”, cujos princípios haviam sido estabelecidos nos anteriores governos de Jânio Quadros e João Goulart, e alinhou-se incondicionalmente a Washington, da mesma forma que se difundiu, ostensivamente, que o país, sob nenhum pretexto, admitiria a ação comunista no seu território, assim como que a nação não pactuaria com o comunismo no continente americano.

Ou seja, a política externa brasileira abandonou a perspectiva do antagonismo Norte/Sul (conflito entre desenvolvimento e subdesenvolvimento) e imiscuiu-se na perspectiva do conflito

Leste/Oeste, consubstanciada na retomada dos entendimentos com Washington, em busca de apoio político, econômico e militar. O multilateralismo e a abertura para o “terceiro mundo” foram encerrados e o país estabeleceu uma aliança estratégica com norte-americanos por meio de uma diplomacia de âmbito hemisférico e bilateral.

Essa estreita vinculação do Brasil com Estados Unidos não ficou livre de críticas. Alguns setores da imprensa apontaram a fragilidade da postura internacional do país e as contradições geradas pelo excesso de ocidentalismo. A linha dura nacionalista atacou a excessiva subserviência nacional aos interesses norte-americanos e os empresários e a classe média criticavam os efeitos negativos da desnacionalização da economia e da recessão sobre a economia brasileira. Entretanto, a postura da política externa então vigente somente foi revista ante a ascensão ao poder, em 1967, do Marechal Costa e Silva, para o cargo de Presidente da República.

Ao chegar ao poder a “linha dura” não vacilou. Editou medidas draconianas, ampliou as prisões, a tortura, a censura e a repressão em resposta aos movimentos sociais. Por meio do AI-5 conferiram-se amplos poderes discricionários ao Executivo Federal para promover a depuração completa da política nacional, ação que, até aquele momento, por timidez ou compromisso democrático, o regime militar não havia feito de modo eficiente. As expectativas de liberalização do regime foram simplesmente sepultadas, ao mesmo tempo em que se abriu espaço para o avanço desenfreado das forças repressivas. A grande novidade foi a prevalência e a consolidação de um crescente nacionalismo desenvolvimentista a orientar os rumos do país.

Deliberadamente, o Marechal Costa e Silva concentrou no Executivo Federal e nas mãos dos militares as decisões vitais do governo, inclusive aquelas referentes às diretrizes da política externa. De pronto, ganhou corpo uma nova postura na política externa brasileira, na qual se entendeu que a interdependência militar, política e econômica dever-se-ia guiar pelos interesses nacionais e não por motivações ideológicas, ao passo que se compreendeu que o ocidentalismo, repleto de prevenções e preconceitos, tolhia a ação externa das vantagens do universalismo.

Reconsiderou-se a capacidade de influência dos países em desenvolvimento no jogo de poder internacional, particularmente do Brasil, não sob a ótica do conflito Leste/Oeste, como o fizera Castelo Branco, mas de acordo com a tensão Norte/Sul ou Centro/Periferia. Assim sendo, atribuiu-se uma outra perspectiva às noções de paz e segurança à medida que ganhou força o entendimento de que as ameaças à segurança internacional advinham não somente do conflito Leste/Oeste mas também das assimetrias nos níveis de desenvolvimento. Sob este novo olhar e com base em princípios renovados, a Política Externa brasileira passou a ser exercida claramente a serviço do desenvolvimento econômico e político do país.

Nesse novo contexto, não tardou para que as novas aspirações brasileiras conflitassem com a tradicional postura norte-americana em relação ao país. Enquanto o Brasil buscava o fim do protecionismo dos países industrializados, o ajustamento dos preços internacionais, mudanças no transporte internacional marítimo e acesso a novas tecnologias e armamentos militares, os norte-americanos continuavam reticentes em atender as demandas brasileiras e em tratá-lo como um verdadeiro parceiro.

Não tardou a virem a tona tensões nas relações entre os dois países nas áreas econômica, política e militar. O primeiro sobressalto foi a “crise do café solúvel”, resultante da queixa norte-americana de que o Brasil inundara o seu mercado interno com produtos em valores inferiores aos preços de custos dos produtores americanos, reclamação que veio acompanhada pelo aumento das tarifas aduaneiras para o produto brasileiro. O segundo foco de tensão foi a recusa de Washington quanto à intenção brasileira em adquirir armas e aviões supersônicos, no final do governo Costa e Silva, fato que aumentou a desconfiança de vários grupos das Forças Armadas nacionais sobre a real validade da Aliança Militar com os norte-americanos, sempre reticentes em tratar o Brasil como verdadeiro parceiro. Tal fato levou o regime militar a adquirir armamentos da Europa, com destaque para a compra, da França, de aviões *Mirage*; ao mesmo tempo, reforçaram-se as propostas de fomento a uma indústria de armamentos nacional. Finalmente, outro significativo ponto de discórdia foi o desejo velado do governo militar de ter acesso à tecnologia nuclear, fato que o levou a recusa em aderir integralmente ao TNP, em contraposição a postura norte-americana de estreito controle da proliferação nuclear e de submissão incondicional da América Latina ao TNP. Tais fatos ampliaram a percepção de que o Brasil permanecia ao lado dos E.U.A, mas que em dadas situações, segundo a

lógica de seus interesses, não se intimidava em seguir uma política de confronto aos interesses norte-americanos.

As novas preocupações brasileiras somadas às tensões com os norte-americanos favoreceram a diversificação das relações externas brasileiras em busca de novos parceiros capazes de suprir as demandas econômicas, científicas e tecnológicas, entendidas como essenciais ao desenvolvimento do país. Nesse contexto, ganharam força os contatos com os países europeus, especialmente as relações do Brasil com a República Federal da Alemanha que foram ampliadas, particularmente, nos estudos e aplicações da tecnologia nuclear.

Negociações preliminares ao longo do ano 1968, como desdobramentos da visita do ministro alemão Willy Brandt ao país, resultaram, no ano seguinte, no primeiro passo concreto que foi o acordo de Cooperação em Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico, assinado em 09 de junho de 1969, o qual foi seguido pela assinatura do Tratado de Cooperação Científica que possibilitava diferentes formas de cooperação que seriam não somente a pesquisa atômica, mas ainda a prospecção de urânio, pesquisa aérea e espacial, pesquisa oceanográfica, de documentação científica e a constituição de um banco de dados.

Em suma, diante das novas nuances do cenário internacional e regional, somadas às condições e necessidades do regime brasileiro, o governo do Marechal Costa e Silva alterou os princípios estratégicos do regime militar. Firmou o pressuposto de que as dimensões política, econômica e militar do país deviam guiar-se, quer no âmbito interno quanto na sua dimensão externa, segundo os interesses nacionais, cujo norte primordial era promover e favorecer o desenvolvimento nacional com vista ao *crescimento econômico, a habilitação capacitação científica tecnológica e a capacitação militar em Segurança e Defesa*.

Tal transformação representou, na esfera da política externa, a substituição da dimensão internacionalista por um crescente nacionalismo de conotação desenvolvimentista, o que fez com que o Brasil revisse a sua prática externa e abandonasse a sua até então automática e estreita cooperação com os Estados Unidos, substituindo-a por uma atitude que mesclou confrontação e a busca de novos parceiros, especialmente europeus, capazes de efetivamente fomentar o crescimento econômico, militar e científico/tecnológico do país.

Referências Bibliográficas:

BANDEIRA, Moniz. O Brasil e o continente. IN. CERVO, Amado Luiz. *O desafio internacional*. Brasília: UnB, 1994.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.) *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FERREIRA, Oliverios S. *Vida e morte do partido fardado*. São Paulo: SENAC, 2000.

FURTADO, C. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LOHBAUER, Christian. *Brasil-Alemanha: Fases de Uma Parceria (1964-1999)*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Edusp, 2000.

MONIZ, Luiz Alberto. *O Milagre Alemão e o Desenvolvimento do Brasil: as Relações da Alemanha com o Brasil e a América Latina (1949-1994)*. São Paulo: Ensaio, 1994.

NEVES, Leo de Almeida. *Destino do Brasil: potência mundial: a era Vargas continua*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

ROUQUIÉ, Alain. *Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1991.

Bolsa: CNPq/PIBIC